

**FORMANDO SUJEITOS MASCULINOS, CATÓLICOS E DE ELITE:  
CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO CATARINENSE NA DÉCADA DE 1950**

*Forming male subject, catholics and from the elite: school culture in College Catarinense  
from the decade of 1950th*

Juliana Topanotti dos Santos de Mello\*  
Norberto Dallabrida\*\*

**RESUMO**

Este artigo procura compreender a cultura escolar plasmada no Colégio Catarinense, dirigido por padres jesuítas e frequentado por adolescentes homens, na década de 1950. À luz das proposições de Roger Chartier e de Dominique Julia, considera-se que, a partir da cultura escolar prescrita nos textos normativos, as instituições educativas produzem culturas escolares específicas. Tendo como referência as prescrições em nível nacional determinadas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, a cultura escolar praticada no Colégio Catarinense é analisada a partir da apropriação jesuítica dos saberes, do regime disciplinar colocado em marcha no cotidiano colegial e do incitamento ao associativismo estudantil. Analisa-se, portanto, a tessitura de uma cultura escolar que buscava formar sujeitos masculinos, católicos e de elite.

**Palavras-chave:** cultura escolar, ensino secundário, jesuíta, elite masculina.

**ABSTRACT**

This article seeks to understand the school culture enshrined in the College of Santa Catarina, run by jesuit priests and attended by male adolescents in the 1950th. In light of the propositions of Roger Chartier and Dominique Julia, it is considered that, from the school culture prescribed in normative texts, educational institutions produce specific school cultures. Taking as reference the requirements at the national level determined by the Organic Law of Secondary Education, school culture practiced at the College of Santa Catarina is analyzed from the Jesuit ownership of knowledge, from the disciplinary regime set in motion in everyday school and from the incitement to student associations. We analyze, therefore, the fabric of a school culture that sought to train male subjects, catholics and from the elite.

**Keywords:** school culture, high school, jesuit, male elite.

Com a graça de Deus, o Colégio Catarinense chegou ao término do seu 46º. ano de fecunda atividade. Não tem sido infrutífera esta 46ª. jornada. No campo cultural e educativo, 560 alunos têm aqui bebido das fontes puras do saber, tem enriquecido suas mentes de novos conhecimentos, tem-se aproximado mais do seu Criador. Dentre eles 29 conquistaram o diploma de conclusão do 3º. ano colegial e ingressarão nas escolas superiores (RELATÓRIO..., 1951, p. 2).

\* Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: julianatopanotti@uol.com.br

\*\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História da Educação no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: norberto@udesc.br

Assim inicia a apresentação do Relatório do Colégio Catarinense publicado ao final do ano letivo de 1951. Evidencia alguns traços da cultura escolar constituída ao longo dos anos por essa instituição de ensino. Um ensino que se pretendia pautado na sólida aquisição de conhecimentos e amalgamado na fé católica. Nesse excerto também fica clara a intenção do ensino secundário no período, qual seja: proporcionar a formação escolar e o diploma para o ingresso nos cursos superiores. A educação desenvolvida pelo Colégio Catarinense objetivava a formação de homens muito bem instruídos, habilitados e católicos capazes de desempenhar diversas posições de liderança na sociedade.

Esses traços da cultura escolar do Colégio Catarinense na década de 1950 incita-nos a pensá-la de uma forma mais desdobrada e orgânica. Por isso, este artigo procura investigar essa cultura escolar, ou seja, compreender quais os saberes que eram transmitidos e quais as condutas estudantis que eram almeçadas (JULIA, 2001, p.10). Tal análise será feita pelo estudo dos textos normativos instituídos em nível nacional e, especialmente, das prescrições produzidas pelo corpo dirigente e docente do Colégio Catarinense para os alunos do educandário, materializadas por meio de leis e regimentos. Esses documentos eram lidos e suas orientações geralmente eram postas em prática pelos envolvidos com o trabalho educativo na Instituição. Assim, coloca-se o foco no modo como as normas foram efetivadas no cotidiano escolar, para que se compreenda o conjunto formado pelo instituído legalmente e os diversos usos dessas prescrições. Ou seja, nos termos de Chartier (1992), as instituições escolares apropriam-se, de forma inventiva e específica, da cultura escolar prescrita nos textos normativos.

Julia (2001, p.10) ressalta que os saberes ensinados e as condutas inculcadas nas culturas escolares postas em marcha são sempre escolhidos segundo uma finalidade a alcançar. A educação do Colégio Catarinense tinha por finalidade formar quadros dirigentes, sendo explicitada pelo seu diretor ao afirmar: “nós fazemos questão de formar uma elite, homens que se possam distinguir, homens que possam ser vanguardeiros e porta-bandeiras do progresso, da cultura e da civilização (RELATÓRIO ..., 1949, p.7). Um diploma universitário legitimava a cultura adquirida em todo o percurso escolar e firmava a posição social de líder. Para isso, era necessário enfrentar o vestibular e o número de aprovações nas diversas faculdades e universidades de ensino fazia com que os egressos do Colégio Catarinense fossem reconhecidos nos concursos dos quais participavam. João Batista Rodrigues Júnior, egresso formado no curso científico em 1951, relata em seu livro de memórias:

Só para se ter uma ideia da formação proporcionada pelo Colégio [Catarinense], em época de vestibular, os paranaenses perguntavam:

- Quantos vieram do Catarinense?
- Quinze.
- Então só restam oitenta e cinco das cem vagas a serem preenchidas – diziam eles, tamanha era a fama do Catarinense por lá (RODRIGUES JÚNIOR, 2005, p.59).

Formado no Colégio Catarinense em 1955, o egresso Arary Cardozo Bittencourt corrobora essa visão. Para ele o Colégio, por meio dos conteúdos ensinados no curso secundário, possibilitava aos alunos aplicados aos estudos grandes chances de serem

aprovados nos diferentes cursos, nas faculdades existentes em Florianópolis, bem como nas universidades presentes em outras capitais. Em seu livro de memórias, descreve:

O colégio praticamente garantia para os considerados bons alunos, o ingresso nas faculdades a que se destinariam. Naqueles anos, as universidades situadas nas grandes cidades selecionavam seus universitários pelo vestibular, incluindo prova oral. O Colégio Catarinense preparava os candidatos para engenharia, arquitetura, medicina, odontologia, farmácia e outros cursos para exames fora do estado, como nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo. Os vestibulandos dos cursos de Direito, Economia, e outros de menor expressão, embora tão importantes quanto os das grandes universidades, praticamente prestavam provas em Florianópolis (BITTENCOURT, 2012, p.398).

A cultura escolar insere-se na realidade social e a constituição dessa parcela da realidade não é concretizada de forma aleatória. As escolhas feitas pelo corpo dirigente e docente, o que é contemplado, as diferentes formas como os grupos de alunos se apropriam das atividades escolares, tudo isso segue uma direção singular. Sobre isso Chartier (1990, p.17) afirma:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Nesta direção, em suas reflexões Julia (2001, p.24) salienta a importância fulcral dos professores na constituição da cultura escolar, focando principalmente na questão “quais são os saberes e o *habitus* requeridos de um futuro professor?”. A prática do professor envolve operações de definição de saberes a serem ensinados e de comportamentos a serem inculcados. Assim, a formação dos professores e as condutas adotadas na escola são fundamentais para compreender a configuração da cultura escolar, pois o corpo dirigente e docente é responsável pela mediação entre os conhecimentos e habilidades prescritos e aqueles praticados em ação das instituições escolares.

No Colégio Catarinense, durante a década de 1950, a direção administrativa e pedagógica era formada integralmente por padres jesuítas. O quadro de professores, até meados dessa década, era, em sua maioria, também formado por sacerdotes da Companhia de Jesus. Os poucos professores leigos, todos do sexo masculino, eram contratados pelo Colégio Catarinense conforme as suas normas e o seu ideário pedagógico (DALLABRIDA, 2008). Tratava-se geralmente de ex-alunos e/ou ex-seminaristas familiarizados com os princípios da educação católica. Por se tratar de uma instituição privada, a contratação desses professores era efetuada diretamente pela direção, segundo o professor Gabriel Antônio Pereira (1978, p.3), que ministrou aulas no Colégio Catarinense entre as décadas de 1950 e 1970. Isso possibilitava um maior enquadramento e homogeneização do corpo docente. Sobre os professores padres e leigos atuantes no Colégio Catarinense na década de 1950, o egresso Arary Cardozo Bittencourt, formado no curso científico em 1955, observa:

Entre os professores do Colégio Catarinense, existiam vários nomes conhecidos e respeitados além de Florianópolis. Nomes famosos como padre João Alfredo Rohr, o pioneiro da arqueologia litorânea catarinense, grande professor de Química, tendo como ponto forte as aulas práticas, que nem sempre funcionavam. Padre Braun, botânico de mão cheia, cuidava do orquidário do Colégio. Sempre tinha, em seu Jeep, mudas de plantas, carcaças de pequenos animais e produtos para consumo que trazia do sítio. Padre Breno, professor de Física, tinha a pretensão de construir um enorme órgão feito com tubos de bambus, sonhando, um dia, instalar na capela do Colégio. Uma conversa macia que entretinha os alunos, padre Armando ou “pomboquinha”, profundo conhecedor da gramática e literatura portuguesas, tinha jeito muito especial de lecionar, até espirituoso, mas era um “baita” professor. Complementavam a equipe professores leigos como Aníbal Nunes, advogado, muito bom em matemática e José Warken em história e geografia (BITTENCOURT, 2012, p. 398).

O Colégio Catarinense, na década de 1950, praticava uma educação objetivando a formação integral de seus alunos. Nesse sentido, Faguer (1997, p.30) mostra que tal intuito era característico das instituições jesuíticas que fundavam seu sistema disciplinar “na emulação e num contato contínuo e pessoal entre aluno e educador”, buscando assim atingir as finalidades de sua cultura escolar. Assim, ao lado das aulas, que transmitiam conhecimentos sólidos para o ingresso em cursos superiores, o Colégio Catarinense colocava em marcha no seu cotidiano escolar práticas disciplinares (Foucault, 1993) tais como a organização das atividades pelo corpo dirigente e docente, o esquadrinhamento de espaço, o controle do tempo, o trabalho regular, a vigilância panóptica, a avaliação permanente, a competição entre estudantes, a publicização do nome dos melhores no relatório anual e em jornais de circulação local. Ademais, esse estabelecimento de ensino proporcionava toda uma teia de atividades educativas que concorriam para a formação física e moral dos estudantes, como a participação nos jogos e esportes, o pertencimento a associações, a prática de devoções católico-jesuíticas.

Num primeiro momento, o artigo se propõe a compreender como os saberes escolares eram ensinados no Colégio Catarinense na década de 1950, que envolve as formas didáticas utilizadas e os meios oferecidos que estimulavam a aprendizagem de conteúdo. De outra parte, o foco de análise é colocado sobre as condutas normatizadas e priorizadas pela direção e pelos professores, bem como as práticas educacionais que visavam à incorporação desses comportamentos pelos alunos. Também serão destacadas as estratégias de reforçamento positivo e negativo com as quais os padres jesuítas e os professores leigos buscavam moldar as personalidades de seus alunos para que desenvolvessem comportamentos socialmente exigidos.

### **Apropriação jesuítica dos saberes**

O Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, ao conceber e oficializar a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244/1942), definiu um conjunto de conteúdos que permitisse aos alunos uma formação integral de suas personalidades. Havia uma preocupação com a formação das “individualidades condutoras” (BRASIL...,

1942), ou seja, dos quadros dirigentes do país. Na época, o ensino secundário era para poucos, um seleto grupo que teria uma educação diferenciada da educação técnica e do curso normal. Souza (2008, p.171-172) ressalta que essa reforma do ensino secundário pautava-se no projeto de “forjar uma juventude comprometida com a construção da nação” e, para isso, era necessária uma formação embasada em sólidos conhecimentos, bem como em valores patrióticos e morais, posteriormente repassado pelos jovens ao povo que seria por eles conduzido.

O Ginásio Catarinense foi reconhecido como Colégio Catarinense, pelo Decreto Presidencial n. 11.236 de 6 de janeiro de 1943, demonstrando que o estabelecimento estava apto a oferecer os dois ciclos do ensino secundário: ginásial e colegial. Em poucos meses, o Catarinense se ajustou à legislação vigente tornando-se “colégio” (RELATÓRIO..., 1958, p.63) e passou a seguir rigorosamente a Lei Orgânica do Ensino Secundário que prescrevia para o ciclo colegial as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Espanhol, Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil. No curso clássico, a esses saberes deveriam ser acrescentadas as disciplinas de Latim e Grego, e, no curso científico, Desenho. A Reforma Capanema prescrevia também a carga horária dedicada a cada disciplina, sendo que havia diferenças neste aspecto entre os cursos clássico e o científico (SOUZA, 2008, p.183). É importante observar que, mesmo no curso científico, a carga horária dedicada ao estudo das humanidades era extensa, indicando o caráter humanístico do ensino secundário brasileiro.

Um dos objetivos principais do ensino dos saberes era a preparação para os concursos de ingresso no ensino superior. Segundo Souza (2005, p.152), “quem conseguisse a aprovação final no terceiro científico poderia apresentar-se ‘destemido e de viseira erguida’ nos exames vestibulares, porque, segundo profecias do diretor, seria com certeza aprovado.” O conteúdo das disciplinas era consoante ao solicitado em tal exame. Entre as avaliações eram previstas as arguições orais e as demonstrações escritas, visando preparar os alunos para os diversos tipos de testes exigidos para ingressar nas faculdades e universidades. Dessa forma, a preocupação dos dirigentes e docentes do Colégio Catarinense era ensinar conhecimentos teóricos demandados para a verticalização da escolarização em nível universitário.

Com a reforma realizada por Gustavo Capanema em 1942, o currículo prescrito retomou sua tradição propedêutica e humanista, pois a reforma anterior do ensino secundário, implantada por Francisco Campos em 1931, enfatizava os conteúdos científicos. Souza (2008, p.175) ressalta que essa foi uma das marcas da reforma Capanema: a primazia dos estudos das línguas e das humanidades, algo que ficou evidente na “relevância dada ao estudo do Latim, a inclusão do Grego no curso clássico”, bem como a “redistribuição das matérias literárias e científicas constantes nos programas”, que, dessa forma, redefinía o lugar e a importância de cada conteúdo da formação dos adolescentes que cursavam o ensino secundário. Cabe lembrar que essa reforma estava inserida num projeto maior, colocado em prática pelo governo durante o Estado Novo, que objetivava a reformulação da sociedade brasileira, onde a brasilidade, a cultura clássica e o patriotismo deveriam perpassar todas as disciplinas escolares. A escola era mais uma vez convocada a fazer parte de um projeto político e social de corte nacionalizante (SOUZA, 2008, p. 176).

O ensino da Língua Portuguesa era rigoroso e tradicional, pois os professores primavam pelo ensino da forma culta da língua portuguesa (SACHET, 1978, p. 5). As obras utilizadas para a leitura eram os livros clássicos de autores historicamente consagrados, que proporcionassem o aprendizado da “norma padrão culta” (VENTURI e GATTI JÚNIOR, 2004, p.70). Nesse contexto, a Cruzada Eucarística (RELATÓRIO..., 1958, p.48) promoveu, em 1950, uma campanha lançada pelo aluno e integrante desse movimento, Márcio Dias, que visava recolher “todos os jornais infantis perniciosos” e revistas em quadrinhos, para serem queimados numa grande fogueira, o que indica que tais publicações não eram bem vistas pelos padres jesuítas. Em geral, na década de 1950, essas revistas não eram consideradas boas leituras para a infância e adolescência porque, além de não contribuírem para o aprendizado da língua culta, poderiam incutir maus exemplos de comportamento.

Para que os alunos tivessem acesso aos livros consagrados da literatura clássica nacional e internacional, bem como aos títulos científicos trabalhados em sala de aula, contava-se com uma Biblioteca e uma sala de leitura, sendo esta última inaugurada em 1955 (RELATÓRIO..., 1958, p.53). Embora alguns alunos relatem que tinham acesso a livros literários e científicos em casa e em bibliotecas particulares de família, os locais destinados à leitura eram muito utilizados pelos alunos, especialmente pelos alunos bolsistas internos pelo fato de suas famílias geralmente não possuíam acervos bibliográficos e, nos momentos de lazer no internato, faziam da leitura um dos poucos passatempos (BITTENCOURT, 2012, p. 395). As saídas do Colégio eram raras – uma ou duas vezes ao mês, sempre aos domingos – e, mesmo nessas situações, os bolsistas não tinham condições financeiras para sair e aproveitar outras distrações oferecidas pela cidade.

O nacionalismo exacerbado e autoritário, presente no projeto político do Estado Novo, também trouxe ressignificações para as disciplinas de línguas estrangeiras, História e Geografia e pautavam o currículo prescrito. Segundo Souza (2005, p.140), a disciplina de Língua Alemã, antes facultativa, foi excluída por influência da Segunda Guerra mundial, pois, naquele momento histórico, o idioma alemão era visto como ameaça nacional. As disciplinas de História e Geografia sofreram divisões, passando a ser ministradas em duas partes: História Geral e História do Brasil (REZNIK,1992) Geografia Geral e Geografia do Brasil. A tonificação dos conteúdos nacionais visava formar uma juventude que compreendesse a situação nacional presente e passada, já que o objetivo era formar elites dirigentes que primassem pelo ufanismo nacional.

No Colégio Catarinense da década de 1950, havia dois outros elementos que caminhavam juntos e concorriam para a constituição desse projeto humanístico do ensino secundário: religião católica e a ciência. Segundo o padre João Alfredo Rohr (1978, p. 10), diretor do Colégio Catarinense entre 1946 e 1952 e professor das disciplinas científicas, *Virtus et Scientia* era o lema que norteava as ações de ensino no Colégio. Os dirigentes e docentes pretendiam que fossem incutidos nos seus alunos, além de uma boa formação cívica, o amor à ciência, ao estudo, ao saber geral, bem como o conhecimento e a prática dos preceitos do catolicismo. Nessa direção, Souza (2005, p.11) observa: “Reconhecia-se o zelo dos padres jesuítas pela ciência, pela arte e pela virtude, sendo considerado preferível

seu ensino a qualquer outro”. O ensino das humanidades e das línguas foi contemplado com rigor, mas o ensino da religião católica e das ciências teve dedicação especial.

O Ensino Religioso era ministrado a todas as séries do ensino colegial; além das aulas, os alunos internos assistiam à missa diariamente e aos externos era cobrada a presença nas celebrações litúrgicas dominicais. A religião estava presente em todos os aspectos escolares, pois todas as disciplinas eram perpassadas pela racionalidade católico-jesuítica. Isso servia inclusive como forma de seleção discente, pois, no ato da matrícula do aluno, deveria ser informada a religião da sua família e, alguns alunos que não pertenciam à Igreja Católica, eram excluídos nesse momento de inscrição, pois “havia uma alta seletividade religiosa” (SACHET, 1978, p.14). Buscava-se que os jovens líderes formados pelo Colégio Catarinense fossem católicos convictos e militantes.

Os padres jesuítas do sul do Brasil possuíam, por tradição, uma sólida formação científica (LEITE, 2005) e no Colégio Catarinense isto não era diferente. Esse histórico de aprimoramento nas ciências refletia no ensino das disciplinas dentro da instituição (DALLABRIDA, 2008, p.4). Nas décadas de 1940 e 1950 “teve destaque o trabalho científico do padre João Alfredo Rohr, professor de Física e de Química” (RELATÓRIO..., 1952, p.22), que também se dedicou aos estudos de Arqueologia e coordenou a implantação do Museu do Homem do Sambaqui no Colégio Catarinense. No Relatório do Colégio Catarinense de 1951, há um ensaio escrito pelo padre João Alfredo Rohr, fazendo uma descrição detalhada das espécies de orquídeas existentes nos solos catarinenses. Há ainda uma denúncia sobre “queimas sistemáticas e redução gradual das nossas reservas florestais”, o que justificaria a importância desse estudo, que primava pela organização de herbários, visando salvaguardar aquelas plantas ameaçadas de extinção. Para a realização das pesquisas, o padre Rohr, juntamente com os alunos do internato, fazia excursões pela Ilha de Santa Catarina e em alguns locais do continente (RELATÓRIO..., 1951, p.5). O reconhecimento desse trabalho de pesquisa e cuidado das diversas espécies de orquídeas ia além dos muros do Colégio, conforme artigo no jornal A Gazeta de 1956, que anota:

Não se pode deixar de falar aqui do famoso orquidário do Catarinense, que é uma verdadeira riqueza onde as belas orquídeas, desde os mais comuns espécimes aos mais raros, são tratadas e cultivadas por meios exímios e particulares que requerem um conhecimento extraordinário em botânica. O orquidário é um verdadeiro tesouro, onde a ciência e a beleza se misturam em dose harmoniosa e deslumbrante (ZANELLA, 1956, p.1).

Esses professores, além de ministrarem as aulas das disciplinas científicas e realizarem pesquisas em suas áreas de conhecimento, também zelavam pela ampliação e conservação do material didático-pedagógico de cunho científico. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL..., 1942) prescrevia que os alunos deveriam ter aulas práticas das disciplinas científicas e a direção do Colégio Catarinense buscava cumprir o que estava prescrito, adequando as instalações ao que era solicitado, como foi descrito no jornal A Gazeta de 1956, por ocasião das comemorações do cinquentenário de fundação do Colégio:

A história do Colégio Catarinense, velha de meio século, é sempre nova, sempre renovada por outras instalações. Os laboratórios de Física, Química e Biologia equipados com moderno aparelhamento, permitem a realização de um sólido estudo (CAMARGO, 1956, p.1).

Os museus eram outros espaços de ensino e aprendizagem dentro das instalações do Colégio Catarinense. O Museu Etnológico e o Museu Homem do Sambaqui tinham como objetivo organizar vários objetos comprados ou mesmo encontrados nas saídas investigativas chefiadas pelo padre João Alfredo Rohr. Assim, fragmentos da história mais ou menos recente eram colocados à disposição dos alunos, dando-lhes oportunidade de conhecer mais profundamente a história da humanidade. Objetos referentes à biologia mineral e vegetal também podem ser observados nesse museu e utilizados em sala de aula, permitindo que os alunos conhecessem diferentes minérios e plantas. O museu do Colégio Catarinense era considerado espaço de aprendizagem por Zanella (1956, p.1), que constata:

Há também um museu magnífico, primorosamente armado, onde os objetos histológicos, a mineralogia e as amostras botânicas parecem que se esvaem no passado feito presente por um sem número de relíquias históricas. Este museu é um verdadeiro livro de ciência, integrado por objetos científicos que são eloqüentes páginas do saber.

Quanto aos dois cursos possíveis dentro do ensino secundário – o científico e o clássico –, o primeiro foi ministrado durante todo o período de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário no Colégio Catarinense, enquanto que o segundo teve pouca duração. Apenas em 1955 e 1957 houve pouquíssimos formandos no curso Clássico, e, a baixa procura por esta modalidade de curso colegial justificou e ocasionou o seu fechamento. Dallabrida (2008, p.4) afirma que o curso clássico não teve uma existência duradoura dentro do Colégio Catarinense devido à sua “tradição de estudos científicos”, mas sobretudo pelo prestígio do ensino científico na sociedade brasileira, que preparava para a maioria dos cursos de elite no ensino superior contribuíram, decisivamente, para a supremacia do curso científico em relação ao curso clássico.

Segundo Celestino Sachet (1978, p.6) e Hickel (1978, p.3), este último aluno integrante da turma de formados de 1950, o ensino do Colégio Catarinense utilizava métodos que privilegiavam a repetição das lições como forma de memorização. A maioria das aulas seguia o método expositivo e as avaliações privilegiavam as respostas presentes nos livros didáticos. As aulas teóricas, sempre realizadas em salas de aula, eram mescladas com outras atividades desenvolvidas nos laboratórios de Física, Química e História Natural, nos museus do colégio, particularmente no Museu Homem do Sambaqui, e nas viagens pedagógicas em Florianópolis, bem como em outras partes do território catarinense.

Outra atividade disponível para os alunos internos era o curso de datilografia, como recorda o ex-aluno Celestino Sachet (2010, p.11):

“para os internos havia ainda a prática de datilografia, o ‘Curso de Datilografia Colombo’, oferecido pelo próprio Colégio Catarinense”. Esse curso foi estruturado por iniciativa do padre Bertoldo Braum e com a colaboração de Celestino Sachet,

constituindo-se uma preparação para as atividades profissionais. Assim, além dos conteúdos prescritos na Lei Orgânica Ensino Secundário e à época figurava como algo importante, visto que, na década de 1950, muitos documentos eram datilografados e em várias ocupações saber manejar a máquina de escrever era uma importante habilidade requisitada (SACHET, 2011, p.6).

O Colégio Catarinense buscava transmitir os conhecimentos do ensino secundário prescritos nos textos normativos, que eram ressignificados e acrescidos a partir do seu filtro católico e jesuítico. As modificações solicitadas eram sempre prontamente atendidas, proporcionando aos seus alunos o acesso ao que mais significativo havia na cultura legítima e que por sua vez permitia a inserção dos alunos no ensino superior, mediante aprovação nos concursos vestibulares. Assim, os padres jesuítas tonificavam o ensino dos estudos científicos e imprimiam um viés católico à cultura escolar do Colégio Catarinense.

### **A ordem disciplinar exigida**

Além do ensino dos saberes, havia uma grande preocupação com o disciplinamento do corpo discente do Colégio Catarinense como parte da educação jesuítica. Para o padre João Alfredo Rohr (1978, p.12), diretor do colégio na primeira metade da década de 1950, “a primeira condição de um bom aproveitamento e do bom andar (...) de todo estabelecimento é a disciplina. Se não há disciplina não pode ir bem.” Afirma também que a constituição e a manutenção dessa ordem disciplinar somente eram possíveis por meio da observância dos estatutos e regulamentos escritos e aprovados pela Direção do Colégio (ROHR, 1978, p.1). Tais estatutos prescreviam o modo interno de organização, as funções de cada membro, esclarecendo quais eram condutas permitidas e aquelas passíveis de repreensão. É importante frisar que a disciplina – no sentido foucaultiano – colocada em marcha no colégio dos jesuítas de Florianópolis procurava muito mais “conduzir a conduta” por meio de estratégias didáticas bem planejadas e executadas do que pela punição. Tratava-se de um disciplinamento corporal católico e burguês que tinha como escopo a produção de sujeitos auto-regulados, que integrariam elites econômicas e intelectuais.

Uma estrutura hierárquica sólida e preceitos rígidos marcavam o cotidiano escolar do Colégio Catarinense na década de 1950. As “Normas Educativas vigentes no Colégio Catarinense” (NORMAS..., 1955, p.4-13) especificam a hierarquia presente na instituição. Nela, o mais alto posto era ocupado pelo padre reitor ou diretor sobre quem deveria pesar “a responsabilidade do Colégio”, e este era diretamente escolhido pelos superiores da Companhia de Jesus. Era função do padre diretor (NORMAS..., 1955, p.5) cuidar dos assuntos administrativos do Colégio como definição de calendários, finanças e horários, admissão de alunos e professores leigos, organização das reuniões diárias junto aos padres prefeitos e reuniões mensais com professores e subprefeitos, para saber sobre o andamento da escola.

Hierarquicamente, abaixo havia o padre espiritual, o padre prefeito de estudos e o padre prefeito geral da disciplina e a cada um cabia uma série de ações e responsabilidades bem definidas. O padre espiritual era responsável pela orientação religiosa dos alunos, que, entre outras atribuições, ouvia as confissões e realizava as instruções necessárias para

outros sacramentos, como a primeira comunhão. O padre prefeito de estudos organizava o cronograma de estudos e acompanhava os alunos em seu desenvolvimento educativo e o padre prefeito geral de disciplina era incumbido de supervisionar os horários de entradas e saídas dos discentes e docentes, vigiar corredores e salas de aulas, verificando o cumprimento do silêncio e respeito ao ritmo disciplinar.

Ainda dentro dessa hierarquia, havia os padres subprefeitos que abarcavam as mesmas funções dos padres espiritual, de estudos e geral da disciplina, com a diferença de serem responsáveis grupos menores de alunos – as divisões. Essa hierarquia, que abarcava desde as situações mais gerais até aquelas mais particulares dos alunos, mantinha o controle e a vigilância permanentes a fim de que a inculcação dos comportamentos considerados virtuosos e corretos fosse efetuada satisfatoriamente.

Os professores eram os responsáveis por manter a disciplina e o respeito dentro da sala de aula. O padre diretor e o padre prefeito geral da disciplina instruíam os professores a manter um relacionamento distante com alunos para evitar que a proximidade e intimidade comprometessem a ordem disciplinar. Isso é relatado por Heber Lebarbenchon Poeta (1978, p.2), professor do Colégio nas décadas de 1950 e 1960, e pelo padre João Alfredo Rohr (1978, p.5). Em seu estudo sobre os colégios administrados pelos Irmãos Maristas, Louro (1995, p. 96) observa que o “Guia de Escolas” – documento redigido para orientar os professores das instituições maristas – preconiza que o professor mantenha uma atitude “grave e modesta”, pois qualquer alteração nas ações dos professores poderia distrair os alunos e com isso prejudicar seus aprendizados.

Como base para o estabelecimento da disciplina corporal, as normas eram estabelecidas e deveriam ser rigorosamente cumpridas, sendo que uma delas referia-se à comunicação entre alunos internos e externos. Os alunos do internato não podiam conversar com os alunos do externato, salvo em dias de festas, como na comemoração do dia de Santo Inácio de Loyola, quando, além de permitir comunicação entre as divisões (externos e internos, menores e maiores), os menores também poderiam fumar (RODRIGUES JUNIOR, 2005, p. 67-68). Kurt Otto Richter, que integrou a turma de formandos do Colégio Catarinense em 1954, rememora a rigidez normativa colocada em prática no internato do colégio, afirmando:

Todas as manhãs, pelas 6h30, os alunos do internato estavam em fila para dirigirem-se à capela, com o fim de assistir à Missa. Como estava muito quente, resolvi deixar o meu paletó na sala de estudos (O uso do paletó na capela era obrigatório). O Frater que nos acompanhava aproximou-se de mim e, baixinho, sussurrou no meu ouvido “Você, por acaso está lançando moda nova? Volte imediatamente à sala de estudos e vista-se como estabelecem as normas do colégio!” Ordens eram ordens e deviam ser cumpridas sem qualquer questionamento. Acima de tudo vigorava a disciplina que era rígida [...] Uma outra norma disciplinar que vigorava no Colégio, era o fato de o aluno interno não poder conversar no pátio, fora do horário de aula, com aluno externo. O meu colega de classe, Ruben Damiani Carreirão, que residia na rua Esteves Júnior, costumava vir ao Colégio jogar basquete no período da tarde, na cancha próxima do local onde os internos se reuniam nessas horas de lazer, ocasião em que fui repreendido por estar conversando com ele, e através desta atitude estar infringindo as normas pré-estabelecidas (RICHTER, 2009, p.11).

Para compreender a cultura escolar, segundo Vinão Frago e Escolano (2001, p.61) o espaço e o tempo são elementos muito importantes. Para esses autores, a “educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa”. Com a maior organização e sistematização das instituições escolares, o tempo e o espaço escolar passaram a ser pensados e orquestrados para alcançarem objetivos educacionais, favorecendo uma apropriação única realizada por cada grupo de educadores e alunos nos diferentes estabelecimentos escolares. Esses autores salientam que essas funções e significados podem ser alterados com o passar do tempo, mas, para tanto, é necessário que as relações entre as pessoas que educam e são educadas nesses espaços sejam modificadas.

No Colégio Catarinense, o espaço e o tempo eram pensados como estratégias disciplinares. Assim, é importante anotar que, no início dos anos 1950, houve uma grande ampliação do edifício do Colégio Catarinense, localizado no bairro Praia de Fora – área burguesa de Florianópolis (Santa Catarina) à beira-mar –, sendo liderado pelo seu diretor padre João Alfredo Rohr. A inauguração da nova ala, nomeada “Ala Coronel Vidal Ramos” – uma homenagem ao ex-governador do Estado de Santa Catarina e grande benfeitor do colégio – e do Salão Orlando Brasil, foi amplamente divulgada pela imprensa em novembro de 1952 (RELATÓRIO..., 1952, p.12-20). Com muitas festividades e a presença do presidente da Câmara Federal dos Deputados, Nereu Ramos, ex-aluno dos jesuítas e filho do “Coronel” Vidal Ramos, foi inaugurado o prédio com cinco pavimentos na parte central e três nas demais (RELATÓRIO..., 1952, p.15). A ampliação do espaço escolar viabilizava o aumento de matrículas no ensino secundário, bem como disponibilizava aos alunos outros locais, onde as atividades educativas poderiam ser desenvolvidas de forma mais espaçosa e organizada.



Figura 1 - Vista aérea do Colégio Catarinense - 1952

Fonte: Acervo Digital Colégio Catarinense

Além disso, a fachada do colégio foi ampliada conferindo-lhe uma imponência visível no bairro Praia de Fora, bem como na então acanhada cidade de Florianópolis. O novo edifício do Colégio Catarinense inaugurado em 1952 pode ser visualizado, de forma panorâmica, na Figura 1, que evidencia o seu tamanho e a sua grandiosidade arquitetônica. Internamente, o espaço físico do Colégio Catarinense favorecia a disciplina e o controle, pois com suas linhas retas permitiam que a observação feita pelos padres jesuítas e professores fosse mais eficiente.

De outra parte, pelo controle das atividades do Colégio Catarinense materizado meio da rígida e cronológica divisão do tempo, principalmente entre os alunos internos, que eram constantemente observados pelos responsáveis pela disciplina. A agenda do dia era dividida entre atividades religiosas, aulas, períodos para leituras e estudos, esportes e intervalos para descanso, visando sempre permitir que a atenção estivesse voltada para atividades que viessem a contribuir para um futuro social promissor. Enquanto os alunos permanecessem dentro do Colégio teriam que cumprir as atividades pré-estabelecidas pelos professores e dirigentes. Sobre o ritmo no internato, um ex-aluno anota:

Em resumo, um dia de internato consistia no seguinte: seis da manhã tocava uma sineta e tínhamos meia hora para nos vestirmos e fazer a higiene corporal. Seis e trinta: missa obrigatória; sete café da manhã; sete e trinta: aulas com cinco minutos de intervalo entre elas; doze horas: almoço. Depois, recreio até às quatorze horas. Daí até quinze e trinta: estudo; quinze e trinta: café da tarde e recreio até às dezesseis e trinta. Seguiu estudo até às dezoito e trinta. Dos estudos saíamos para o jantar, e para mais um recreio até às dezenove e trinta. Outra vez estudo até às vinte e trinta. Após as orações da noite, em fila, seguíamos para o dormitório (RODRIGUES JÚNIOR, 2005, p.60).

Visando constituir e consolidar o reforço positivo das atitudes e comportamentos selecionados como normais, havia dentro do Colégio as competições com premiações dentro e fora de sala de aula. Os padres jesuítas procuravam estimular a própria força individual presente em cada aluno e em cada professor, que tendiam a cumprir as regras disciplinares para manterem seu lugar dentro do Colégio e continuarem pertencendo à Instituição que detinha muito prestígio e visibilidade no contexto social e político da cidade de Florianópolis e no estado de Santa Catarina. Para isso, também era necessário dar visibilidade pública às competições e premiações; os elogios deveriam ser feitos na presença de todos.

Sempre ao final de cada ano letivo eram organizadas e realizadas solenidades de entrega de prêmios aos alunos que tivessem destaque em rendimento escolar e bom comportamento. Todos os alunos eram lembrados, mas apenas os que conseguiam os primeiros lugares eram homenageados. Dentro de uma ordem decrescente, primeiro os mais bem colocados, todos os alunos eram chamados ao palco para buscar seu boletim anual. Nessa celebração sempre estavam presentes as autoridades políticas e eclesiais da cidade, bem como os inspetores, professores e pais de alunos. Para o padre João Alfredo Rohr (1978, p. 11), as cerimônias de encerramento do ano letivo causavam uma “impressão indelével no caráter do próprio aluno”.

Para dar ainda mais visibilidade aos desempenhos individuais, constava em cada relatório anual uma publicação realizada pela direção do Colégio, onde aparecia um resumo das principais atividades realizadas no referido ano e os nomes de todos os alunos com suas respectivas notas. Na edição de março de O Colegial – jornal dos alunos do Colégio Catarinense monitorado pela direção – do seguinte ano, no retorno às aulas, também era publicada essa relação de resultados referentes ao ano anterior. Assim, o histórico dos alunos matriculados em cada ano letivo era acessado não apenas por seus pares ou suas famílias, mas por toda a sociedade, visto que tais publicações eram distribuídas à comunidade em geral.

Além de conduzir e controlar as atividades e o comportamento dos alunos, os professores do Colégio Catarinense poderiam aplicar castigos aos alunos que não cumprissem as medidas disciplinares. A reprimenda servia para coibir as atitudes julgadas perniciosas quanto ao aspecto moral, bem como aquelas que por algum motivo desviassem a atenção dos estudos. Alguns exemplos de castigos seriam: mandar que o aluno copiasse a mesma frase centenas de vezes ou que ficasse em pé diante da turma. Em casos mais graves, poderiam excluir o aluno de sala. Sobre as punições escolares, um egresso diz:

Quando alguém no internato praticava algum ato indisciplinar, o padre costumava aplicar uma penalidade. Duas eram as mais corriqueiras: dissertar sobre o tema escolhido pelo aplicador, que também estabelecia o número de páginas para tanto. Outro castigo atribuído ao infrator era a decoreba de um poema, que deveria ser declamado no dia e na hora fixados, do contrário, o castigo poderia dobrar... (RICHTER, 2009, p.11)

Quando as estratégias disciplinares dos professores não conseguiam conter atitudes consideradas impróprias, o padre prefeito também disciplinava os alunos com castigos morais (ROHR, 1978, p.7). Os alunos que cometessem faltas mais graves ficavam reclusos no período contrário ao das aulas, que também eram chamados de “prisão”, e onde os alunos faziam cópias e decoravam trechos de livros. Algumas vezes só poderiam voltar para a sala de aula quando decorassem totalmente o trecho que lhe fora incumbido, mesmo que para isso fossem necessários alguns dias. Acontecia também com os alunos internos que não respeitassem as normas de perderem sua única saída mensal ao final de semana. Além das “prisões”, os alunos poderiam ser suspensos das atividades do Colégio ou mesmo expulsos. Outra atitude punitiva era retirar dos alunos atividades que lhes eram prazerosas (saídas mensais, intervalos, horários livres, etc). Os dirigentes e docentes da instituição de ensino visavam “moldar” e desenvolver os comportamentos, práticas e habilidades que consideravam sadias e positivas à constituição moral e psicológica de seus alunos.

Os castigos físicos, se existiram neste período, ocorreram de forma muito discreta, pois eram terminantemente proibidos no regulamento escrito do Colégio Catarinense (NORMAS..., 1955, p.10). A tônica da educação jesuítica era “castigar a alma” e não o corpo, por isso a preferência por castigos que atingissem a esfera psicológica do aluno; uma das estratégias consistia em aplicar os castigos publicamente. Era comum que um aluno fosse penalizado na frente de seus colegas, em sala de aula, no corredor, ou mesmo

nas proximidades do gabinete do padre prefeito, para que outros alunos que passassem por ali vissem e com isso compreendessem que certas atitudes eram passíveis de castigos. Conforme relato de Heber Lebarbenchon Poeta,

O Prefeito [Padre Prefeito Geral de Disciplina] deixava os garotos sentados ou em pé no corredor e eles ficavam ali duas, três, às vezes era uma manhã todinha no corredor em pé, até que o Prefeito então tivesse de bom humor e dispensasse, liberasse esses garotos e autorizasse a entrada deles em sala de aula (POETA, 1978, p.14).

Os padres jesuítas colocavam em movimento um conjunto de estratégias para manter a disciplina, considerada por eles como indispensável para o bom andamento do Colégio. Sobre o cotidiano escolar, onde a rígida disciplina impera, Louro (1995, 97-98) diz ser imprescindível que os regulamentos sejam “aplicados ‘constantemente, invariavelmente e sempre da mesma maneira’. Tudo deve ser estável, regular, constante.” Amparados pelo regimento disciplinar e pela organizada hierarquia descrita neste mesmo regimento, o Colégio Catarinense imprimia um rígido controle aos seus alunos, que aprendiam desde cedo a lidar com a lógica hierárquica e a obedecer a regras vigentes, o que poderia contribuir para uma preparação da vida profissional futura.

### O incitamento à sociabilidade entre iguais

O ensino secundário do Colégio Catarinense preparava seus alunos não apenas para ingressarem em cursos superiores, mas para possuírem uma carreira profissional de sucesso. Para tanto, esmerar-se no ensino de conteúdos densos e na interiorização de um regime disciplinar. Contudo, era preciso lapidar outras aptidões, principalmente as habilidades de comunicação e de expressão. A sociabilidade entre os iguais era incentivada e cuidada, por ser formadora de um *habitus* de elite (BOURDIEU, 2007, p.162-211) e, para isso, foram criadas e animadas diversas associações estudantis.

Nas atividades das associações estudantis, os alunos desenvolviam habilidades como oratória, organização de eventos sociais e a própria organização da associação, que envolvia hierarquias, votações, procedimentos administrativos, contábeis e financeiros etc. Os alunos integrantes das associações eram sempre acompanhados e supervisionados pelos padres jesuítas, mas tinham certa autonomia para realizar as atividades e com isso exercitar tarefas preparatórias para as suas carreiras profissionais. Essa preocupação em desenvolver habilidades necessárias para a atuação na esfera pública nos altos cargos políticos e empresariais estava ligada ao caráter elitista e ao recorte masculino de sua clientela.

As congregações marianas, associações existentes desde a fundação do Colégio em 1906, eram órgãos religiosos de associativismo estudantil presentes nos estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus. Segundo o padre Werner José Soell (1978, p.18), que desempenhava as funções de padre espiritual e de diretor das congregações marianas do Colégio Catarinense entre as décadas de 1930 e 1950, essas associações destinavam-se tanto aos alunos em regime de externato como para os estudantes externos (RELATÓRIO..., 1952, p. 29), sendo divididos em grupos duas seções – os maiores e os menores.

Semanalmente, os congregados marianos se encontravam nas dependências do Colégio para a organização de atividades internas e externas, discussão de assuntos religiosos e confecção de trabalhos manuais sempre colocados em exposição. Quinzenalmente, eram realizados encontros no salão nobre do Colégio, quando dois alunos eram escolhidos para pronunciarem discursos com a finalidade “de exercitarem-se na arte de falar em público” (RELATÓRIO..., 1951, p.38). Além dessas atividades, os congregados marianos eram responsáveis por missas semanais e orações do terço do Rosário.

Como exemplo de realizações fora dos muros do Colégio, pode-se citar as concentrações marianas, quando diversas congregações se reuniam para comemorar, entre outras efemérides, o Dia Mundial do Congregado. De tempos em tempos, as congregações promoviam encontros estaduais e mesmo nacionais, visando a integração de seus membros e a ampliação de suas funções e visibilidade diante da sociedade em geral. Outra atividade externa era o auxílio na preparação de missas populares. Os congregados marianos também se envolviam com expedições missionárias realizadas anualmente no mês de outubro (SOELL, 1978, p.19). Essa associação era parte integrante do projeto educacional dos padres jesuítas, tendo como objetivo a formação de um “núcleo de jovens verdadeiramente escolhidos”, admitindo apenas os “alunos cujo grau de desenvolvimento os torne idôneos para compreenderem as finalidades da mesma e as obrigações que contraem nela ingressando” (NORMAS..., 1955, p.19).

Tais normas demonstram o caráter seletivo dessa associação estudantil, evidenciando critérios para que o aluno fosse admitido no grupo. Permanecer no grupo também implicava obedecer às regras, e dependia da nota de comportamento dada pelos professores. Caso os alunos tivessem atitudes repreensíveis ou demonstrassem ações consideradas impróprias pelas normas vigentes, poderiam ser castigados e até expulsos da Congregação. Em 1952, foi publicado o “Manual do Congregado” (RELATÓRIO..., 1952, p.29), tendo sido feita uma explanação das Regras da Congregação Mariana para que seus membros tivessem muita clareza das orientações a serem seguidas.

A partir de 1945, alunos integrantes das congregações marianas passaram a editar um jornal mensal denominado “O Mariano”. Além da sociabilidade que a organização de um jornal possibilitava, essa atividade visava doutrinar seus membros, bem como expandir a catequização por meio dos artigos de cunho religioso publicados, como parte das ações apostólicas que os integrantes das congregações marianas tinham como objetivo desenvolver. Outro modo de propagação da mensagem evangelizadora dessa associação era uma comunicação radiofônica.

No segundo semestre [de 1955], por iniciativa do presidente, Sr. João Camargo de Oliveira, passou-se a irradiar pelo alto-falante a “VOZ MARIANA”, programa Mariano levado ao ar todas as terças e quintas-feiras, às 19:20hs. Sem dúvida, a “VOZ MARIANA” contribui muito para espalhar pelo Colégio e arredores os ideais Marianos (RELATÓRIO..., 1955, p.39).

Dentro das reuniões religiosas envolvendo os alunos e proporcionadas pelo Colégio Catarinense, constam nos relatórios anuais de 1951 e 1952 as cruzadas eucarísticas. Os

chamados “cruzados” desenvolviam atividades missionárias, retiros espirituais e boas ações, constituindo um “movimento dinâmico de atividades juvenis e principalmente de intensa piedade” (RELATÓRIO..., 1955, p.4). Eram responsáveis pela campanha que visava conscientizar sobre a importância da presença na missa diária e a participação na comunhão. Realizavam também campanhas para levantamento de fundos para concretizar alguns objetivos da Cruzada Eucarística, como a que recolheu papéis de maços de cigarros (RELATÓRIO..., 1958, p.48), jornais e revistas antigos, vidros inutilizados, tudo para ser vendido e angariar recursos financeiros. Possuíam um jornalzinho mimeografado “O CRUZADO”, que divulgava as atividades realizadas e auxiliavam na evangelização. Também encenavam peças de teatro. Em 1954, por ocasião da Campanha Missionária, encenaram uma peça sobre a conversão dos índios, sob a direção do padre Beno (RELATÓRIO..., 1955, p. 5 e 46).

Como uma instituição jesuítica, um dos objetivos do Colégio Catarinense era formar seus alunos dentro da fé católica, bem como expandir a Igreja Católica para além dos limites da instituição. Para isso, as associações religiosas transformavam-se em veículos dentro de todo um conjunto que envolvia as atividades institucionais, professores, estudantes e familiares, amalgamando a cultura escolar como um todo. Como exemplo de associação cultural, havia no Colégio Catarinense o Grêmio Cultural Padre Schrader, fundado em 1945 (SOUZA, 2005, p.181). Constituíam outra forma de associação estudantil e promovia o desenvolvimento de habilidades sociais e culturais. Para tanto, eram realizadas reuniões semanais, quando os alunos recitavam poemas, faziam discursos sobre temas previamente escolhidos, debatiam e discutiam assuntos de seus interesses. Os membros do Grêmio também eram responsáveis pela organização de diversas excursões, dentro e fora da cidade, como aquela noticiada no jornal A GAZETA sob o título “Caravana Irineu Bornhausen” (SILVA, 1951, p.2). Essas viagens buscavam aproximar os alunos da realidade social e econômica do estado de Santa Catarina, dando prioridade aos problemas sociais e empreendimentos econômicos alinhados à doutrina social da Igreja Católica da época (SOUZA, 2005, p.186). Nas visitas a outras cidades, os integrantes do Grêmio Cultural geralmente visitavam as empresas citadinas e eram recebidos por egressos do Colégio Catarinense que ocupavam altos cargos dentro dessas instituições.

Além de tais atividades, as reuniões do Grêmio Cultural Padre Schrader proporcionavam momentos de trocas e de constituição de laços de amizade. O professor Heber Lebarbenchon Poeta descreve, de forma geral, a dinâmica desses encontros

[...] os garotos se reuniam uma vez por semana e era indicado pela Diretoria aquele garoto que deveria abordar o tema “X” (...). Então aqueles garotos iam para a Tribuna e iam expor um assunto qualquer. E depois existiam aqueles também garotos que iam criticar aquilo que ele havia apresentado. E sempre tinha um ou dois padres, não professores, professores, mas professores padres que tinham a responsabilidade de orientar e dar todas as coordenadas a esses jovens (POETA, 1978, p. 17).

Outra organização de associativismo estudantil era o Clube de Oratória Vieira, fundado em 1947 (SOUZA, 2005, p.181), que, dirigido aos alunos internos, visava o

desenvolvimento da fala em público e desenvoltura para discursar em diferentes ocasiões, denotando novamente a apropriação masculina da educação. Tradicionalmente, os homens ocupavam os cargos públicos e eram chamados a se expressar diante de grandes grupos. Essa atividade consistia em mais uma preparação para profissões carentes de espírito de liderança, boa oratória e desenvoltura em público. Em 1952, reabre o Clube de Oratória Vieira, tendo “dez membros masculinos, elite escolhida a dedo, e também com a filiação feminina de 14 alunas do Colégio Coração de Jesus” (RELATÓRIO..., 1958, p.52). Algumas atividades do Clube de Oratória eram feitas em conjunto com as alunas do Colégio Coração de Jesus. A participação nessas associações refletia na formação dos alunos, e alguns, como o ex-aluno Ernani Bayer, formado em 1955, relatam a importância dessa experiência na sua atuação profissional.

A minha grande experiência foi a minha participação nas associações estudantis desde o Grêmio Padre Schrader do Catarinense até o Centro Acadêmico XI de Fevereiro da Faculdade de Direito da UFSC. Esta foi a base para os cargos que vim a ocupar na área da Educação (BAYER, 2009, p. 8).

Fundada em 25 de março de 1944, a Associação Desportiva Colegial ou A. D. Colegial como era mais conhecida, consistia em um time de futebol formado integralmente por alunos do Colégio Catarinense. Essa fundação ocorreu por iniciativa dos alunos ávidos por um time de futebol que representasse o Colégio Catarinense nas competições municipais e regionais e contou com o apoio de padres jesuítas que dirigiam o Colégio para que conseguissem concretizar a associação. Desde a fundação do Colégio, o futebol era um esporte muito incentivado pelos padres jesuítas, como forma de proporcionar momentos de lazer, além de ser um esporte que fortificava o corpo, contribuindo para a constituição da boa saúde dos alunos (SOUZA, 2005, p.97). Faguer (1997, p.18) enfatiza a função do esporte na formação dos alunos nos colégios jesuítas:

[...] o ensino dos jesuítas distingue-se tanto das outras formas de ensino confessional quanto de um ensino privado não religioso que se dedica, por exemplo, a valorizar outros aspectos da formação, dando um lugar importante ao esporte ou aos contatos com o mundo exterior.

Segundo Louro (1995, p. 90), a escolarização é corporificada ou incorporada pelos alunos de diversas formas; contudo, é evidenciada nas atividades físicas planejadas, dentre elas o esporte e a ginástica. No caso do Colégio Catarinense dos anos 50 do século XX, tal corporificação da escola abrangia principalmente os aspectos ligados à religião católica e à masculinidade. A concepção do masculino hegemônica considerava que a competição, as atividades esportivas e sociais são pontos centrais na constituição de homens viris e preparados para enfrentar os papéis sociais destinados aos indivíduos do gênero masculino. As associações estudantis religiosas, culturais e esportivas buscavam tonificar esses elementos considerados indispensáveis para a constituição de sujeitos masculinos e católicos.

### Considerações finais

Em meados do século XX, no Brasil, o ensino secundário era para poucos e aqueles que recebiam o diploma desse nível de escolarização conseguiam, além do conteúdo aprendido durante os anos nos cursos ginasial e colegial, uma distinção social e familiar. A alta seletividade do exame de admissão, os custos com a educação – a grande maioria das instituições de ensino secundário era privada – e a dedicação exigida e despendida, estava ao alcance de uma minoria. Sobretudo as mulheres foram excluídas desse nível de ensino, pois muitas instituições eram confessionais e atendiam somente adolescentes do sexo masculino. Por todas essas características era, grosso modo, um curso para homens da elite.

Em Santa Catarina o panorama não era diferente. Na década de 1950, havia poucos colégios e estes eram situados apenas nas maiores cidades. Neste período o Colégio Catarinense forjou uma cultura escolar baseada no catolicismo, que formasse homens cultos, líderes habilidosos e profissionais reconhecidos nas diversas esferas sociais, uma educação voltada à constituição de sujeitos que possuíssem as características tidas como próprias dos homens de elite. Para atingir tais finalidades, seguia a cultura escolar prescrita em nível nacional, sendo que esse apontava para os saberes relacionados com a cultura legitimada, privilegiando o conhecimento de obras da alta cultura e de cunho ufanista. Os saberes ensinados obedeciam a cultura escolar prescrita na Lei Orgânica do Ensino Secundário no que concernia ao elenco das disciplinas e suas respectivas cargas horárias, mas eram ressignificados e a disciplina Ensino Religioso era ministrada em todas as turmas. Contudo, o Colégio Catarinense primava pelo ensino de disciplinas científicas, cultivadas pelos padres jesuítas do sul do Brasil.

A direção do Colégio buscava atingir os objetivos almejados pela cultura escolar prescrita nas leis e regulamentos, estimulando bons comportamentos e reprimindo condutas perniciosas. Para tanto, era preciso que professores e alunos observassem continuamente a rígida disciplina e as regras impostas. Complementando a educação ministrada aos alunos do ensino secundário na década de 1950, havia as associações estudantis de cunho cultural, religioso e/ou esportivo, onde era operada uma seletividade ainda mais refinada. Apenas os melhores eram escolhidos para frequentarem espaços onde os estudantes poderiam constituir habilidades que posteriormente seriam requeridas no desenvolvimento de suas carreiras profissionais. O *habitus* masculino e de elite era lapidado por meio da organização e desenvolvimento das diversas atividades desses clubes e congregações. A oratória, a improvisação em público, a responsabilidade administrativa e financeira e o trabalho em equipe eram treinados a partir da participação nessas agremiações estudantis.

Possuindo uma cultura escolar com essas características, o Colégio Catarinense, nos anos 50 do século XX, configurava-se como um estabelecimento de ensino secundário que procurava formar elites católicas e masculinas que viessem a cursar o ensino superior e a realizar carreiras profissionais exitosas, marcadas pela liderança no aparelho do Estado e/ou em empresas privadas.

## Referências

- BAYER, Ernani. *Questionário Pesquisa: Trajetória Social de Egressos/as dos Colégios do Ensino Secundário de Florianópolis na década de 1950*, 2009.
- BITTENCOURT, Arary Cardoso. *O menino de Oficinas: Memórias, histórica e vivenciada, num bairro ferroviário em meados do século XX*. V. 2. Tubarão: Copiart, 2012.
- BRASIL. Decreto – lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Estabelece as diretrizes para o ensino secundário em todo o território nacional. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 9 abr. 1942. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 29 set. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CAMARGO, João de Oliveira. O Colégio Catarinense na história barriga-verde. *A Gazeta*. Florianópolis, n. 5424, set. 1956, p. 1.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. VI. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.
- DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. *História da Educação*. Pelotas, v. 12, n. 26, p. 141-163, Set/Dez 2008.
- FAGUER, Jean-Pierre. Os efeitos de uma “educação total”: Um colégio jesuíta, 1960. *Educação & Sociedade*. Ano XVIII, n. 58, jul. 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- HICKEL, Rodi. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 23 out. 1978. Mimeografado.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, 2001.
- LEITE, Luiz Osvaldo. *Jesuítas cientistas no sul do Brasil*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.) *Crítica Pós-Estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NORMAS Educativas Vigentes no Colégio Catarinense. Porto Alegre, 1995.
- PEREIRA, Gabriel Antonio. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 30 out. 1978. Mimeografado.
- POETA, HeberLebarbenchon. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 25 out. 1978. Mimeografado.
- RELATÓRIO do Colégio Catarinense – publicado no fim do ano letivo de 1949. Florianópolis: Colégio Catarinense, 1949.
- RELATÓRIO do Colégio Catarinense – publicado no fim do ano letivo de 1951. Florianópolis: Colégio Catarinense, 1951.

RELATÓRIO do Colégio Catarinense – publicado no fim do ano letivo de 1952. Florianópolis: Colégio Catarinense, 1952.

RELATÓRIO do Colégio Catarinense – publicado no fim do ano letivo de 1955 (Referente aos anos 1953, 1954, 1955). Florianópolis: Colégio Catarinense, 1955.

RELATÓRIO do Colégio Catarinense – publicado no fim do ano letivo de 1958. (Referente aos anos 1956, 1957 e 1958) Florianópolis: Colégio Catarinense, 1958.

REZNIK, Luís. *Tecendo o Amanhã* (A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945). 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.

RICHTER, Kurt Otto. *Questionário Pesquisa: “Trajetória Social de Egressos/as dos Colégios do Ensino Secundário de Florianópolis na década de 1950”*, 2009.

RODRIGUES JÚNIOR, João Batista. *Eu benzo esta ilha: memórias, reflexões e conceitos de um manezinho*. Florianópolis: Nova Letra Gráfica e Editora Ltda, 2005.

ROHR, João Alfredo Rohr. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 1978. Mimeografado.

SACHET, Celestino. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 30 out. 1978. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida, 13 mai 2010. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Juliana Topanotti dos Santos de Mello, 06 out 2011. Manuscrito.

SILVA, Norton Oliveira e. Grêmio Cultural Padre Schrader. *A Gazeta*. Florianópolis, n.3950, jul, 1951.

SOELL, Werner José. Entrevista concedida a Reinaldo João Pick. Florianópolis, 25 out 1978. Mimeografado

SOUZA, Rogério Luiz de. *Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

VENTURI, Ioná Vieira Guimarães; GATTI JÚNIOR, Décio. A construção histórica da disciplina escolar Língua Portuguesa no Brasil. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.3, p.65-73, jan./dez.2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZANELLA, Delmar A. As ciências no Colégio Catarinense: cultivando as ciências para a instrução e a erudição. *A Gazeta*. Florianópolis, n. 5432, set. 1956, p. 1.

*Recebido em abril de 2013  
Aprovado em junho de 2013*